

DO CASTELO À POUSADA DA RAINHA SANTA ISABEL: TRANSFORMAÇÕES NA COLINA DE ESTREMOZ À ÉPOCA DO ESTADO NOVO

LUÍS MIGUEL CORREIA*, CATARINA ALMEIDA MARADO** Y SUSANA LOBO***

*Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20), Universidade de Coimbra; Centro de Estudos de Arquitetura – do Território ao Design (CEARQ-TD), Universidade de Coimbra; ** Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra; Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP) – Polo da Universidade do Algarve; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCHS), Universidade do Algarve; *** Centro para a Inovação em Território, Urbanismo e Arquitetura (CiTUA), Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa; Centro de Estudos de Arquitetura – do Território ao Design (CEARQ-TD), Universidade de Coimbra

Resumo O perfil arquitetónico dos Castelos em Portugal é produto de diferentes circunstâncias que a cada momento lhe imputaram distintas transformações. Todavia, a imagem que alguns deles hoje exibem revela-se ambígua. O seu estado, que nos remete aparentemente para um passado antigo, foi *grosso modo* reflexo de uma campanha de obras realizadas em pleno século XX. Integradas no contexto político da ditadura do Estado Novo, em que os monumentos nacionais eram objeto de princípios predeterminados por uma ideologia subjacente, estas campanhas tiveram como fim devolver o perfil arquitetónico destas estruturas a uma forma estimada como original. Considerando este quadro de tempo longo, procurar-se-á investigar de que modo tais operações de conservação e restauro se revelaram capitais para a sobrevivência de um vasto conjunto de castelos, em particular da estrutura militar de Estremoz, transformada, no termo dos anos de 1960, em Pousada da Rainha Santa Isabel.

Palavras-chave: Fortificações, Pousadas, Património Arquitetónico, Monumentos Nacionais, Estremoz, Estado Novo

Abstract: The architectural profile of Portugal's castles is the product of different circumstances that have given them different transformations at different times. However, the image that some of them display today is ambiguous. Their condition, which apparently takes us back to an ancient past, was largely the result of a building campaign carried out in the middle of the 20th century. As part of the political context of the Estado Novo dictatorship, in which national monuments were subject to principles predetermined by an underlying ideology, these campaigns aimed to return the architectural profile of these structures to a form that was considered original. Considering this long-time frame, we will try to analyse how these conservation and restoration interventions proved crucial to the survival of a vast group of castles, particularly the military structure of Estremoz, transformed, at the end of the 1960s, into the Pousada da Rainha Santa Isabel.

Keywords: Fortifications, Pousadas, Built Heritage, National Monuments, Estremoz, Estado Novo

1. PREÂMBULO¹

O perfil arquitetónico dos Castelos em Portugal é produto de diferentes circunstâncias

1 A publicação do presente texto encontra-se integrada no projeto de I+D+i «Del castillo al palacio: Transformación, habitabilidad y pervivencia de la fortificación señorial» (PID2021-127438NB-I00), financiado por MICIU/AEI/10.13039/501100011033 e por FEDER, UE.

que a cada momento lhe imputaram distintas transformações. Contudo, a representação que alguns deles hoje exibem no território revela-se ambígua. Com efeito, uma grande maioria, que nos remete aparentemente para um passado distante e heroico, é resultado de numerosas campanhas de obras realizadas a partir do início da terceira década do século XX. Integradas no contexto político da ditadura de António de Oliveira Salazar, o Estado Novo, em que os designados

monumentos nacionais eram alvo de princípios predeterminados por uma ideologia subjacente, tais campanhas, efetivadas no decurso de mais de quarenta anos, tiveram como objetivo devolver o perfil arquitetónico destas estruturas a uma forma ajuizada como primitiva, original. Considerando este quadro de tempo longo, procurar-se-á indagar neste artigo de que modo tais operações de escala territorial, versadas sob uma orientação técnica simultaneamente conservadora e, não raras vezes, restauradora, responsável pela reconstrução parcial e integral de diversos casos, se revelaram capitais para a sobrevivência material de um conjunto significativo de castelos portugueses e, em consequência, para a perpetuação das suas memórias, cuja originalidade adviesse de certa realidade histórica nacional. Pretendia-se cumprir, segundo constata Fernando Rosas (2012, 320), um «projecto totalitário», apelidado de *salazarismo* (também de *estadonovista*), de «reeducação dos «espíritos», de criação de um novo tipo de portuguesas e de portugueses» – um homem novo, «regenerados pelo ideário genuinamente nacional de que o regime se considerava portador». Será à luz deste enquadramento ideológico, político e disciplinar específico que se observará como caso de estudo as transformações produzidas na colina de Estremoz, sobretudo as que se operaram na estrutura militar de origem medieval, ao que se cogita, iniciada em meados do século XIII por iniciativa do monarca que entre os anos de 1248 e 1279 reinou Portugal, D. Afonso III.

Assim, importará compilar as intervenções que, se estimam, vieram a ter repercussões proeminentes no espaço, bem como a sua estreita correspondência com o desígnio de «restauração material, restauração moral, restauração nacional» projetado por Oliveira Salazar (1937, 147) e o seu regime. Com efeito, uma e outra circunstâncias não são indissociáveis, sendo que as obras materializadas na colina de Estremoz deverão, em qualquer caso, ser olhadas com a *Situação* vivida naquele tempo no retrovisor. Tem-se como último propósito compreender que as presumidas antigas feições aí descobertas decorrem de um plano mais amplo, conquanto, por exemplo, o estado da preexistência e o contexto próprio de cada estrutura e da sua envolvente determinassem à partida a amplitude e duração das campanhas. Com este contributo, testemunhar-se-á a história do lugar, com centro nas suas arquiteturas, no tempo, o do País e, pontualmente, o de fora de portas. Além deste preâmbulo, o artigo

estrutura-se em duas partes que *grosso modo* correspondem a outros tantos espaços cronológicos específicos, concedendo-se particular atenção a cerca de trinta anos de empreitadas executadas sob os auspícios da ditadura. A primeira, é dedicada a uma breve retrospectiva da presença da estrutura militar em Estremoz e no amplo território em que se inscreve. Considerar-se-ão alguns dos acontecimentos apreciados como mais pertinentes no decurso de sete séculos de história, entre o século XIII e o início do XX. Na segunda destas partes, atender-se-á às obras de conservação, consolidação e reconstrução realizadas do final da década de 1930 até à refuncionalização, já em meados dos anos de 1960, das jovens e idosas pedras da estrutura militar em pousada, de acordo com uma estratégia de fomento do turismo nacional que nesta época ainda obedecia a uma certa ideia de renascença, de «revisão purificadora e autolegitimadora da memória histórica» (Rosas 2012, 322). Por último, produz-se um breve epílogo, uma síntese crítica quanto aos critérios gizados nas operações empreendidas no castelo de Estremoz durante pouco mais de três décadas.

2. RETROSPECTIVA DE SETE SÉCULOS DE PRESENÇA NO TERRITÓRIO

Localizada no Alto Alentejo, na linha que liga Elvas a Lisboa, e que se constituiu como um dos corredores preferenciais de penetração no Reino de Portugal a partir de Badajoz (Liberato 2012), Estremoz assenta sobre um esporão rochoso que domina visualmente um vasto território, sendo também um importante ponto de confluência da rede viária a sul do Tejo, com ligações a Santarém e a Évora. Terá sido esta posição estratégica, no contexto da defesa do território português do pós-reconquista, que levou D. Afonso III a atribuir-lhe foral no ano de 1258, como antes fizera a Montemor-o-Novo e a Elvas, com o intuito de, através da criação de concelhos régios, atribuir à monarquia o controlo direto sobre a defesa da linha de ligação Elvas-Lisboa, num território de amplo domínio das Ordens Militares (Liberato 2012). Estremoz integrava, assim, a segunda linha da rede de núcleos urbanos muralhados implementada por D. Afonso III ao longo da fronteira, com a intenção de garantir a posse efetiva deste território através da promoção do seu povoamento e da sua defesa. Como parte da sua estratégia de controlo e defesa fronteiriça, este monarca investiu consideravelmente no povoamento e na fortificação destes núcleos, uma

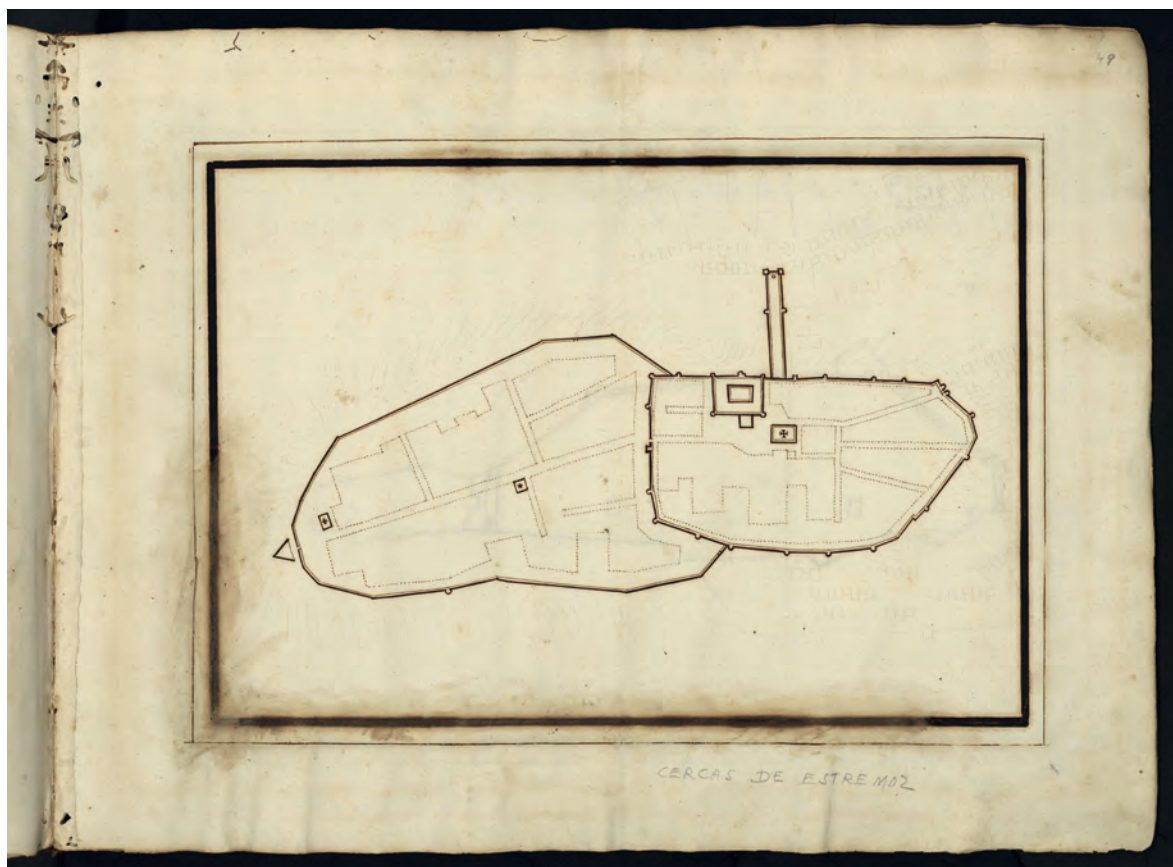


Figura 1. Planta das primeiras cercas de Estremoz (século XVII). Langres, Nicolau de, *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, (Ca 1661), p. 103. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Lisboa, COD-7445.

ação que foi depois continuada por D. Dinis, seu sucessor (Rossa, Conceição e Trindade 2008).

Fruto desses esforços, Estremoz, que em 1250 era apenas um pequeno aglomerado urbano com uma única igreja (Vilar 1998), cresceu exponencialmente depois da obtenção do foral, sendo reforçada a sua estrutura defensiva, em particular graças ao empenho de D. Afonso III. As obras de construção do castelo, da Torre de Menagem, da Torre das Couraças e da primeira cerca poligonal terão sido executadas no seu reinado (Figura 1). Foram provavelmente concluídas em 1261, data que consta na lápide que se encontra no arco da Porta de Santarém, sendo possível que tenham tido início ainda antes da outorga do foral (Liberato 2012). A este primeiro núcleo, situado na parte alta, juntou-se o arrabalde de Santiago, a poente, que já existia em 1279 (Trindade 2010) e que posteriormente foi também murado (Figura 1). Paralelamente, adensou-se de igual modo a área urbana na zona mais baixa, localizada a nascente, no entorno do Convento

de São Francisco, fundado em 1239 em terrenos doados pela Ordem de Avis (Sousa 2005) e cuja presença atesta a importância populacional deste núcleo urbano no quadro nacional (Marado 2018).

Estremoz constituiu-se como um dos principais centros políticos do reino neste período. Encontrando-se na posse da rainha Santa Isabel, que veio a falecer nesta vila em 1336, o castelo era frequentemente visitado pelos monarcas, tendo D. Dinis finalizado as obras de edificação das muralhas no decorrer da primeira metade do século XIV. A estrutura fortificada de Estremoz seria então formada pelo castelo, de configuração pentagonal, assente sobre um maciço rochoso, com a imponente Torre de Menagem de três pisos e planta quadrangular, sita na parte sul – que na primeira metade do século XIV foi adaptada a residência da corte (Silva 1995) –, e pela cerca poligonal com vinte e duas torres, duas portas principais (a Porta de Santarém, que ficaria conhecida como Porta de Santa Ana, e a

Porta do Sol, da Frandina ou do castelo), localizadas a poente e a nascente, respetivamente, e um conjunto de portas secundárias. Dentro deste recinto, existia ainda a Igreja de Santa Maria, cuja primeira referência documental data do século XIII, e os Paços do Concelho, a sul da igreja, construídos no reinado de D. Afonso IV (Trindade 2010).

A construção de equipamentos no interior da alcáçova prosseguiu no século seguinte, o que demonstra a continuidade do investimento régio neste núcleo fortificado – que recebeu um novo foral por D. Manuel em 1512 – a par com a instalação da alta nobreza (Liberato 2008). A cadeia nova foi construída no final do século XV, a casa da Audiência e o seu alpendre foram sujeitos a reparações em 1513 e os açougues, quatro anos depois (Liberato 2012). Conjuntamente, e face à duradoura relevância de Estremoz na rede militar portuguesa, a sua fortificação foi reforçada e atualizada, tendo-se procedido à construção dos baluartes do castelo e ao total amuralhamento da sua área urbana no decorrer do século XVII no contexto da Guerra da Restauração, sob a direção do jesuíta João Cosmader, responsável pelas fortificações alentejanas no reinado de D. João IV. A segunda linha abaluartada seria concluída em 1668, dando origem a um complexo sistema de defesa que se estendia ao território circundante (Silva 2019). A *posteriori*, a zona alta sofreu alterações, nomeadamente o Paço, que em 1698 foi destruído pela explosão do paiol de pólvora aí instalado, tendo sido mais tarde, em 1736, reconstruído por D. João V, que entre 1738 e 1742 funda a Sala de Armas no antigo Paço. Afetado pelo terramoto de 1755, o estado do castelo e das muralhas medievais de Estremoz era precário nesta época. Em 1801, o General Forbes, que aí havia instalado o quartel-general das suas tropas, queixa-se ao Duque de Lafões que a Praça de Estremoz se encontrava desguarnecida, transferindo-o para Portalegre. Alguns anos depois, em 1808, no contexto das invasões francesas, o castelo foi ocupado pelo exército invasor. Em 1825, parte do complexo sistema fortificado de Estremoz foi concedido à autarquia para a realização de obras de renovação e expansão urbana, designadamente para a reformulação da rede viária e a construção de novos bairros.

A partir de então, operaram-se diferentes transformações que culminariam, já no termo da década de 1960, com a adaptação de uma parte das estruturas militares medievais, em particular o castelo, a pousada, sem antes, num período

marcado pelo irromper de uma consciência atenta a determinados feitos históricos da Nação, revelada na física e memória de algumas das suas mais (re)conhecidas expressões, ser classificada como «monumento nacional». Num primeiro momento, foi distinguido o castelo – Decreto de 16 de junho de 1910, *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de junho de 1910; de seguida, as muralhas identificadas como do século XIII e os baluartes de épocas subsequentes – Decreto n.º 9842, DG, I Série, n.º 137, de 20 de junho de 1924; e, pouco tempo mais tarde, as muralhas que pertenciam à primitiva linha de fortificação, juntamente com as portas intituladas de Santo António, Santa Catarina, Currais e portas de Évora – Lei n.º 1766, DG, I Série, n.º 78, de 11 de abril de 1925. Em 1972, após executadas as obras de conversão do castelo em Pousada da Rainha Santa Isabel, foi fixada uma vasta zona especial de proteção que encerrava uma parte considerável do aglomerado urbano na época existente – Portaria publicada no DG, II Série, n.º 52, de 2 de março de 1972. À laia dos princípios políticos e ideológicos do salazarismo, tal instrumento de gestão do território permitia ao Estado salvaguardar os vestígios de um passado estimado como histórico, bem como aquele legado material, moral e nacional que desde a constituição do regime, no começo dos anos de 1930, se impôs construir e propagandear, no caso com recurso a uma estrutura organizada para o efeito, capaz de impregnar no dia-a-dia de todos os portugueses, e dos estrangeiros que percorriam o País, a sua doutrina. As campanhas de obras encetadas no castelo de Estremoz e nas estruturas militares que o circundam são, assim, consequência de uma conjuntura que, segundo se mencionou, cuidou dos monumentos nacionais como um relevante e necessário meio de afirmação de um regime determinado em recolocar Portugal no que entendia ser o caminho da sua tradição histórica. Conforme argumentava Oliveira Salazar (1997, 229) sensivelmente duas décadas antes da sua chegada ao poder como Chefe do Governo, satisfeita a 5 de julho de 1932, numas comunicações proferidas no Porto e em Viseu durante o ano de 1914, «reatar o fio partido da tradição, é assim sempre para uma nacionalidade um caso de vida ou de morte».

3. DA RECONSTRUÇÃO FÍSICA DA(S) MEMÓRIA(S) À SUA «RESIDENCIALIZAÇÃO»

Com a criação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) na esfera da

pasta das Obras Públicas, em 1929, a orientação técnica doravante seguida na conservação e restauro da herança construída classificada compreender-se-ia num conjunto de critérios pre-determinados por este organismo (Silva 1935). Conquanto tal quadro disciplinar, verifica-se que as circunstâncias singulares de cada lugar, às quais acresciam as da própria situação vivida pelo regime, precisavam os princípios a adotar em cada campanha, frequentemente prorrogada ao longo de vários anos, décadas por vezes, como aconteceu com as estruturas militares de Estremoz (Correia 2011; 2016). Assim, numa mesma intervenção, podiam coabitar argumentos próximos de uma linha mais conservadora, à imagem do que defendia John Ruskin, e outros assumidamente restauradores, fantasiosos nalguns casos, como sugeria Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc. Importa, ainda, referir que a materialização deste projeto de renascença histórica, de reconstrução física de certa(s) memória(s), obedeceu a um plano político, jurídico e económico-financeiro. Destacam-se quatro: o plano designado *metódico* forjado, em 1932, pelo então ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco; o programa instituído pelas Bases da Lei da Reconstituição Económica de 1935, a concretizar num prazo de quinze anos; o projeto das *comemorações centenárias* de 1940, definido pela Presidência do Conselho em 1938; e um plano geral de obras preparado pela DGEMN, entre 1947 e 1948, no contexto da organização das efemérides dos *15 Anos de Obras Públicas*, a mando do responsável máximo por esta pasta, José Frederico Ulrich, num período de dez anos e depois de concluído o estabelecido naquela lei promulgada em 1935 (Correia 2016).

É, pois, ao abrigo desta conjuntura que se devem circunscrever os diferentes trabalhos executados na colina de Estremoz, mormente os que aí tiveram lugar desde 1939. Até ao começo da conversão do castelo em pousada, efetuada entre 1965 e 1971, diversas foram as empreitadas que permitiram a conservação, a consolidação e a reconstrução desta estrutura militar medieval e demais erguidas séculos depois. Entre 1939 e 1944, tais diligências estiveram a cargo do engenheiro Humberto Correia, sendo que a partir de 1950 foi o arquiteto Rui Ângelo do Couto a presidi-las. Numa breve resenha, nota-se que esta colina histórica viveu continuamente em estaleiro, numa primeira etapa, com intervenções em 1939, 1940, 1944, 1950, 1953, 1956, 1958, 1959, 1961, 1964 e 1965 (Cunha

2004). Não cabendo aqui elencar todos os trabalhos realizados durante estes anos, importa, todavia, distinguir alguns que vieram a reconstituir o perfil arquitetónico da estrutura em estudo. Assim, de 1939 a 1940, as obras proporcionaram demolições, consolidações e regularizações várias da muralha e a incorporação de elementos em falta, ressaltando-se as que sobrevieram na Torre de Menagem. São deste período, a reconstrução do balcão que hoje dá acesso à dita torre, do balcão com matacões e do coroamento superior, com a colocação de ameias iguais às então existentes (Figuras 2 e 3). Além das ininterruptas campanhas de limpeza, cicatrização e restauro oferecidas às muralhas, torres e portas – prolongadas até ao século XXI –, regista-se uma primeira adaptação do castelo, no caso a Escola Industrial. Para o feito, em 1950, procede-se à recuperação das coberturas, ao alargamento dos vãos das janelas na fachada Norte, a alterações na organização do espaço interior e, entre outros trabalhos, à acomodação da construção a adequadas condições de habitabilidade (Cunha 2004). Não obstante a extensão das operações executadas durante estas décadas, comparativamente com outras praticadas neste tempo, como, por exemplo, as que conduziram a reconstrução integral do castelo de S. Jorge em Lisboa, pode-se reconhecer que a recuperação das estruturas militares de Estremoz atendeu, na generalidade, a princípios de intervenção conservadores, embora não se enfeitando o restauro como meio de reconfiguração do que se imaginava ser a feição primitiva do monumento nacional (Figuras 2 e 3) (Correia 2011; 2016).

Com a transferência, em 1961, da Escola Industrial para um edifício próprio, começa a ser estudada, dois anos depois, a instalação, nessas mesmas dependências, de uma pousada, função que se mantém até hoje. A reutilização de estruturas monumentais – castelos, fortalezas, mosteiros e conventos – para albergar este tipo de programa surge, inicialmente, da necessidade prática de manter e dar utilidade a diversos edifícios entretanto intervencionados pela DGEMN, no âmbito da vasta campanha de obras públicas satisfeita pelo Estado Novo. Tratam-se, por isso, de adaptações realizadas depois das operações de conservação e restauro e não o resultado direto de uma estratégia de turismo, como o foram os Paradores espanhóis. Na verdade, o projeto das pousadas do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), mais tarde Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), enquadrado no Plano dos Centenários de 1940,



Figura 2. Pátio e Torre de Menagem do Castelo de Estremoz antes das obras (1939). Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA.FOTO.00178113), Forte de Sacavém.

começa por se centrar na construção de raiz para o estabelecimento de uma rede estatal de pequenos hotéis regionais de apoio aos principais itinerários rodoviários do país, servindo de modelo a uma nova orientação da indústria hoteleira em Portugal (Lobo 2006). Inauguradas as sete pouosa-

das iniciais, entre 1942 e 1948, sob a direção de António Ferro, só na década seguinte se concretizam as primeiras experiências em monumentos históricos, a primeira, precisamente num castelo, de Óbidos, em 1950. São obras, essencialmente, de arquitetura de interiores, claramente subor-



Figura 3. Pátio e Torre de Menagem do Castelo de Estremoz depois das obras (1941). Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA.FOTO.00157227), Forte de Sacavém.

dinadas à ideologia evocativa “do monumento como ‘obra-símbolo’ da Nação” (Fernandes 1999, 162), documentadas nos Boletins da DGEMN e sem autoria que não a assumida institucionalmente pelos seus funcionários. No castelo de Estremoz, as intervenções para a criação da

Pousada da Rainha Santa Isabel são assinadas e coordenadas por Rui Ângelo do Couto, enquanto arquiteto-chefe da 3.^a Secção da Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Sul (DREMS), responsável, também, pelas da Pousada do Convento dos Lóios, em Évora, finalizadas em 1965.

Sem um corpo teórico devidamente estruturado e consolidado, a leitura dos boletins e dos processos de projeto, em arquivo, é fundamental para compreender os critérios que presidiram a cada um dos trabalhos, normalmente determinados, no confronto com o real, pelos técnicos encarregados de os dirigir e daí o caráter empírico da sua generalidade. Trabalhos entendidos como «harmonizar (não reconstituir), nas suas linhas gerais, o aspeto do monumento com aquele que o devia afirmar nos tempos da sua maior fortuna» (DGEMN/MOP 1952, 15), que acabariam por introduzir alguma confusão «entre passado e presente, dado o estado de «novos» em que muitos dos monumentos eram apresentados» (Rodrigues 1999, 75) após as intervenções. Coincidindo com a implementação, em 1964, da Carta de Veneza, em cuja redação participa, como delegado português, o arquiteto Luís Benavente, as obras da pousada de Estremoz revelam, ainda, uma evidente ambivalência de procedimentos, entre a conservação, a reconstrução e a obra nova, a qual, embora recorrendo à utilização de materiais modernos, como o betão armado e argamassas de cimento, é introduzida com base nos princípios da unidade de estilo, contrariando o recomendado naquele documento.

As alterações mais significativas são registadas com a criação, no corpo a norte, de um piso em cave, pela transformação da antiga cisterna em cozinha e a sua ampliação para integrar os respetivos serviços e equipamentos de apoio, além da construção de um piso intermédio para depósitos e despensa. Ao nível da entrada e do piso superior, a instalação da pousada reduz-se, praticamente, a um exercício de compartimentação e organização racional dos espaços, adequando-os ao novo programa. Assim, as salas nobres abobadadas do piso térreo são ocupadas com as zonas de receção, bar e sala de estar, sala de refeições dos hóspedes e para excursões (Figuras 4 e 5), todas em contacto direto com o pátio central exterior do qual se estabelece a ligação à Torre de Menagem, também ela, como vimos, intervencionada. No segundo piso, onde se localizava a Sala de Armas, com acesso desde a entrada da pousada pela escadaria barroca refeita, dispõem-se os vinte e três quartos, todos com antecâmara e instalação sanitária privativa, e quatro pequenos recantos de estar, mais reservados. No vão da cobertura, totalmente reconstruída com estrutura em vigotas de tijolo armado e de betão prefabricado, são resolvidos os aposentos do pessoal e a residência do con-

cessionário. Os diferentes pisos são interligados por elevadores e monta-cargas e devidamente dotados das adequadas infraestruturas básicas e de conforto exigidas ao turismo moderno, obrigando a obras mais profundas. A nascente do edifício, junto à muralha, foi, ainda, previsto o arranjo do logradouro do castelo para servir de esplanada da sala de estar, com uma pequena área ajardinada e estacionamento. Já depois de concluídos os principais trabalhos de adaptação, em sintonia com o espírito das restantes pousadas históricas e atendendo à dignidade do imóvel classificado, todos os interiores foram cuidadosamente decorados e mobiliados, pela mão de Manuel de Mello Corrêa, com peças de marcenaria, pintura, tapeçaria e cerâmica portuguesas dos séculos XVII e XVIII, contribuindo para reforçar o ambiente revivalista de um passado heroico que se pretendia enaltecer. Uma vez restituído o castelo à sua glória primitiva, a Pousada da Rainha de Santa Isabel é oficialmente inaugurada, a 26 de setembro de 1970, pelo, então, Presidente da República, Almirante Américo Thomaz.

4. EPÍLOGO

Publicado sob um «novo estado», democrático, o Boletim da DGEMN dedicado à Pousada da Rainha Santa Isabel, de 1977, é um documento já «fora de tempo». Nada regista sobre os trabalhos de reconhecimento e prospeção efetuados para a adaptação da antiga alcáçova do castelo de Estremoz a pousada, ou refere relativamente aos critérios e metodologias que presidiram à intervenção. A descrição sumária das obras realizadas também pouco contribui para elucidar essas questões. É pelo levantamento fotográfico e elementos desenhados que se percebe um «antes» e um «depois», clarificando, em certa medida, a atuação da DGEMN. No final, conclui-se que toda a campanha «foi positiva, permitindo a recuperação e revitalização do edifício em termos adequados» sem que daí «resultassem inconvenientes para o traçado arquitectónico e valor artístico do imóvel, mesmo com as pequenas alterações e reajustamentos de variadas zonas, motivadas pela nova utilização do edifício a que corresponderam também novas necessidades e implicações» (DGEMN 1977, 30 e 32). No alto da colina de Estremoz (Figura 6), a Pousada da Rainha Santa Isabel anuncia o fim de um ciclo de intervenções em monumentos segundo critérios de reintegração, formal e estrutural, de reconciliação historicista com o passado. Nesse mesmo

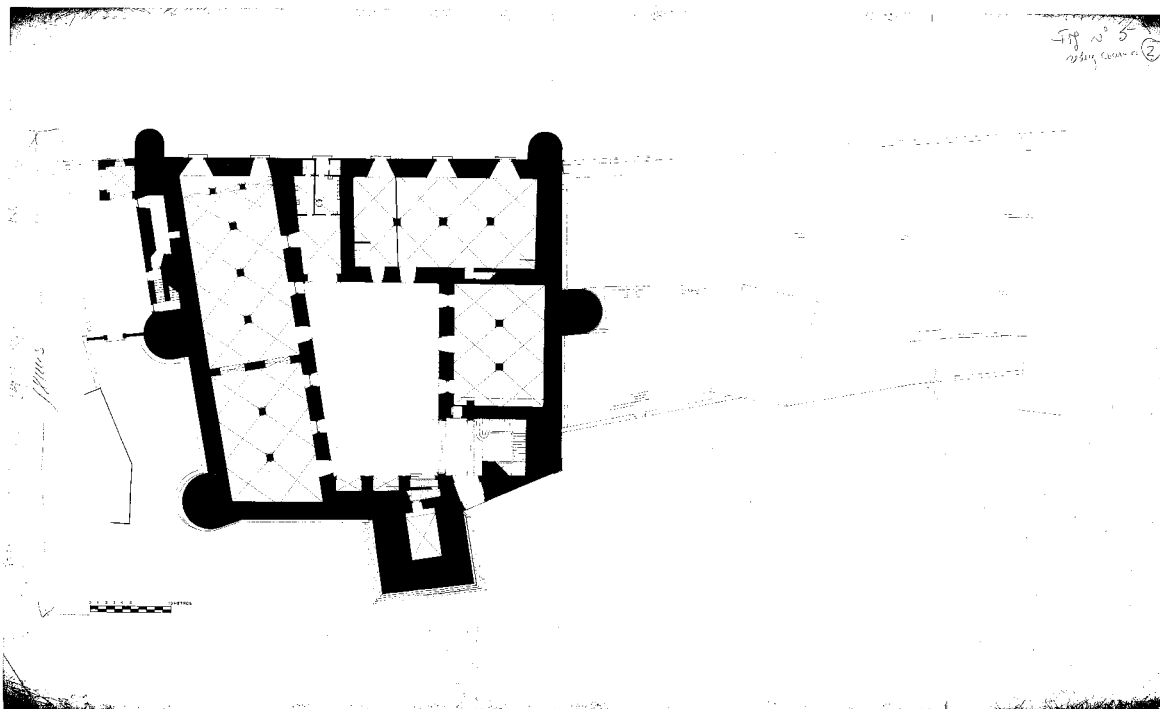


Figura 4. Planta à cota do pátio antes das obras de adaptação do castelo em pousada. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA.DES.00042107), Forte de Sacavém.

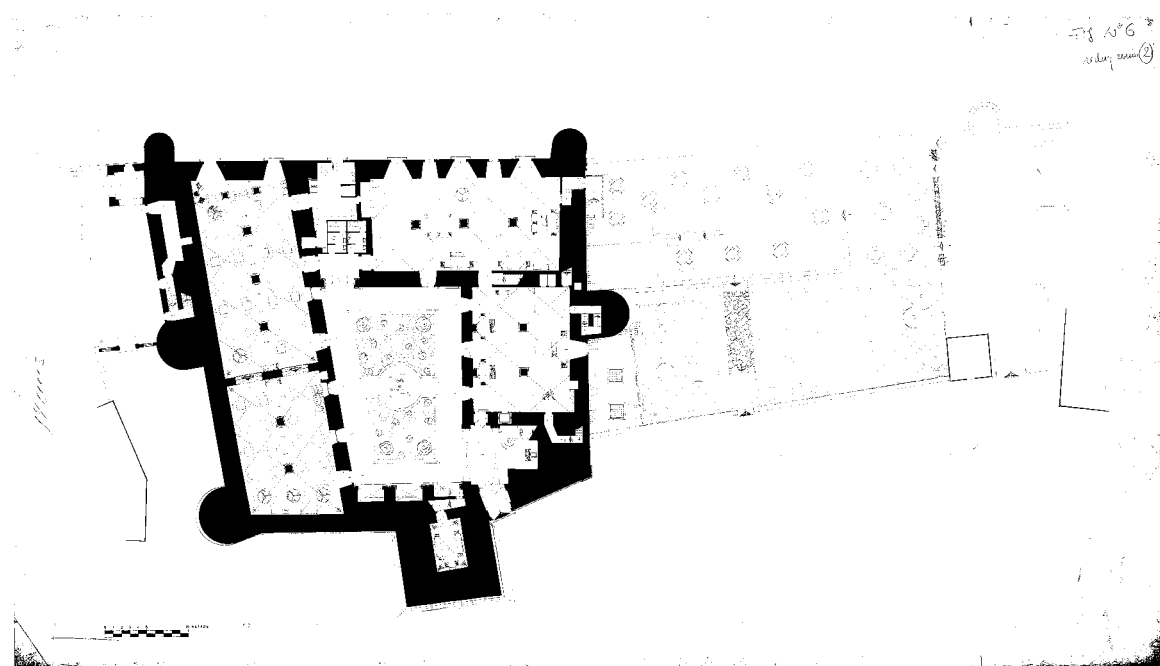


Figura 5. Planta à cota do pátio depois das obras de adaptação do castelo em pousada. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA.DES.00042103), Forte de Sacavém.

ano de 1977, o início das obras da Pousada do Convento de Santa Marinha, em Guimarães, projetada pelo arquiteto Fernando Távora, abria

o caminho para uma nova filosofia de intervenção patrimonial: a de «continuar-inovando» (DGEMN 1985, 57).



Figura 6. Vista da colina de Estremoz (1971). Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA. FOTO.00157572), Forte de Sacavém.

LISTA DE REFERÊNCIAS

- Correia, Luís Miguel. 2011. *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]* (2.^a ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Correia, Luís Miguel. 2016. «Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo: da definição de um projecto à memorização de um legado». Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- Cunha, Susana. 2004. «As fortificações de Estremoz: história, arquitectura e restauro. A adaptação do Castelo a Pousada». Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora.
- DGEMN/MOP. 1952. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: Castelo de Óbidos* 68-69 (junho-setembro de 1952).
- DGEMN/MOP. 1977. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: Pousada da Rainha Santa Isabel* 127.
- DGEMN/MOPTC. 1985. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: Pousada da Santa Marinha: Guimarães* 130.
- Fernandes, José Manuel. 1999. «Pousadas de Portugal: Obras de raiz e em Monumentos». Em Alçada, Margarida e Teles Grilo, Maria Inácia (coords.). *Caminhos do Património: DGEMN 1929-199*, pp. 159-177. Lisboa: DGEMN/Livros Horizonte.

- Liberato, Marco. 2008. «A presença nobiliárquica na Estremoz do século XV: tensões, confrontos e reorganização social». Em Bolumburu, Beatriz Arízaga e Telechea, Jesús Ángel Solórzano (coords.). *La convivencia en las ciudades medievales. Najéra. Encuentros Internacionales del Medievo*, pp. 191-205. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos.
- Liberato, Marco. 2012. «Núcleos urbanos e afirmação de soberania no Alentejo duocentista: o caso de Estremoz». Em García Fitz, Francisco e Jiménez Alcázar, Juan Francisco (coords.). *La Historia Peninsular en Los Espacios de Frontera: Las «Extremaduras Históricas» y La Transierra (Siglos XI-XV)*, pp. 189-204. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales.
- Lobo, Susana. 2006. *Pousadas de Portugal: Reflexos da Arquitetura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Marado, Catarina Almeida. 2018. *Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (séc. XIII-XV)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Oliveira Salazar, António de. 1937. «Era de Restauração. Era de Engrandecimento». Em Coimbra Editora (ed.). *Discursos e notas políticas, Vol. II: 1935-1937*, pp. 143-149. Coimbra: Coimbra Editora.
- Oliveira Salazar, António de. 1997. «A Democracia e a Igreja (Conferência no Porto e em Viseu, 1914)». Em Oliveira Salazar, António. *Inéditos e Dispersos: I. Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, pp. 199-233. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Rodrigues, Jorge. 1999. «A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo». Em Alçada, Margarida e Teles Grilo, Maria Inácia (coords.). *Caminhos do Património: DGEMN 1929-199*, pp. 69-82. Lisboa: DGEMN/Livros Horizonte.
- Rosas, Fernando. 2012. *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- Rossa, Walter, Conceição, Margarida Tavares da e Trindade, Luísa. 2008. «Raia e Cidade». *Monumentos* 28: 6-21.
- Silva, António Manuel Castanheira. 2019. «Praça de Guerra de Estremoz – a formação (1640-1690)». Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, Henrique Gomes da. 1935. «Monumentos Nacionais – Orientação técnica a seguir no seu restauro». Em União Nacional (ed.). *I Congresso da União Nacional: discursos, teses e comunicações, Vol. IV*, pp. 53-64. Lisboa: Edição da União Nacional.
- Silva, José Custódio Vieira da. 1995. *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos e (ed.). 2006. *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Trindade, Luísa. 2010. «Urbanismo na composição de Portugal». Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- Vilar, Hermínia. 1998. «As Dimensões do Poder: A Diocese de Évora na Idade Média (1165-1423)». Tese de Doutoramento, Universidade de Évora.

